A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA DA MINERADORA RIO NORTE NAS TERRAS QUILOMBOLAS DA CALHA NORTE DO PARÁ – UM OLHAR INICIAL

Priscilla Grimberg
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF)
priscila.grimberg@gmail.com

Wilson Madeira Filho
Professor titular da Faculdade de Direito e do PPGSD-UFF
wilsonmadeirafilho@hotmail.com

Introdução

O mundo se transformou significativamente por conta da revolução tecnológica sem precedentes, expressa, por exemplo, no avanço das telecomunicações via advento da microeletrônica e seu componente básico- o transistor.

Devido a isso, primeiramente nos EUA (em torno de 1970) e posteriormente no resto do mundo, houve forte transformação na forma de se fazer política. As empresas de tecnologia pressionavam para a abertura de mercado, ampliando assim a competição. No Brasil é possível lembrar da configuração deste segmento há três décadas atrás, em áreas como a telefonia. Todavia, nos parece ser significativo o papel preponderante das empresas de mineração em face do duplo impacto – ambiental e social – na região amazônica;

Nesse sentido, o presente texto pretende debater alguns aspectos sobre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) a partir de um estudo de caso concreto, em Oriximiná, no Pará.

1. Explorando as configurações das relações de Responsabilidade Social Corporativa junto ao governo estadual no Pará.

Para compreender a configuração de RSC-governo no Pará, é necessário compreender a configuração RSC-governo no Brasil. Para tal, usaremos a lente analítica proporcionada por Gond et al (2011), aplicadas a elementos pinçados da tese do sociólogo Francisco Duarte (2013), que explora a criação e a consolidação do campo da RSC no país. Segundo ele, o estado brasileiro assumiu papel protagonista na conformação do capital (pós 1930), cujos regimes ditatoriais foram apoiados por empresários. O campo empresarial se aliou tanto ao governo, quanto as outras elites econômicas (agrárias no caso), que acumularam capital para a industrialização do país. Nesse caso, a configuração inicial RSC-governo é predominantemente do tipo autogoverno, motivada por imperativos do desenvolvimento econômico, como infraestrutura (habitacional, de saúde e lazer) para trabalhadores. Mesmo sendo um campo marcado pelo protecionismo e pela representação empresarial (financiada pelo estado – Imposto para CNI), as federações não tinham protagonismo durante a ditadura - até 1985 (DUARTE, 2013). Com o advento da democratização e da constituição federal de 1988, o estado social de bem-estar é instalado, ampliando direitos (inclusive para povos tradicionais, como quilombolas) e a democratização de espaços de participação.

Nos anos 1990, pressões neoliberais são recepcionadas no país com protagonismo dos industriais no campo politico, visando desregulamentar a economia através de reformas constitucionais, baseados na crença da superioridade da gestão empresarial sobre a gestão estatal e com *lobby* no congresso para desconstrução do estado de bem-estar.

Como consequência, ao fim da década de 1990, um novo projeto de desenvolvimento começa a se concretizar como, por exemplo, na privatização de companhias e serviços públicos. Ocorre que a liberalização da economia com investimentos externos e queda de barreiras tarifárias promove um desmonte nas indústrias locais (que sumiram com a concorrência ou foram compradas), criando condições para o surgimento de um novo tipo de protecionismo, com vistas a preparar as companhias nacionais para competir. Em 1997, o novo projeto de desenvolvimento inclui esse novo tipo de protecionismo, a humanização do sistema capitalista e a

redução de suas mazelas através do Movimento da RSC, liderado pelo CEBDS, Firjan e Ethos (1999). Segundo Duarte (2013), a legitimação do campo da RSC se deu nos anos 2000, evidenciado pela criação do núcleo de RSC na Firjan e pela adoção de indicadores ETHOS FIRJAN em 2002.

Em síntese, podemos identificar semelhanças na trajetória da configuração RSC-governo da Europa ocidental, dos EUA e do Brasil, onde a industrialização precedeu o Estado de bem estar social, associadas a sistemas nacionais de governança abertos ao desenvolvimentismo. No caso brasileiro em especifico, apesar de suas politicas de comando e controle (durante a ditadura), a existência de instituições neo corporativas ativas (como FIRJAN), também evidenciam a configuração inicial de AUTOGOVERNO da RSC brasileira, marcada pela filantropia e pelo paternalismo.

2. Configuração CSR-governo em Oriximiná

Apesar do panorama genérico da formação da Configuração CSR–governo no Brasil é no caso da MRN que pretendemos nos aprofundar um pouco mais, revelando em suas particularidades, muitos aspectos do sistema nacional de governança, apesar da limitação de tempo e escopo da presente pesquisa.

A configuração de RSC-governo da MRN guarda peculiaridades especificas da atuação das indústrias extrativas na Calha Norte do Pará. Essas peculiaridades incluem:

- A relação histórica de apoio dos governos do Brasil e da América Latina a indústria de commodities(GAVI, 2017)
- Um território de exploração de bauxita e seu beneficiamento encrustado na Amazônia brasileira, abrangendo em particular duas áreas de proteção ambiental (FLONA Saraquá-Taquera e REBIO de Trombetas), sobrepostas a terras de populações quilombolas e
- Uma empresa com acionistas de atuação multinacional[1], onde metade de sua produção atende também a mercados internacionais (EUA, Canadá, Europa e Ásia).

Essa breve caracterização já apresenta a conexão dessa configuração RSC-governo a temas[2] e instituições[3] diversas, ambas relacionadas à escala global.

[1] A MRN é uma sociedade anônima de capital fechado, composta por oito empresas acionistas, (dentre elas Vale, Rio Tinto, Alcoa e Hydro)

A história da MRN na região de Oriximiná data de 1970 e sua trajetória de quase quarenta anos guarda muitas transformações na configuração de sua RSC-governo, que se estabelece inicialmente como autogoverno, refletindo o sistema nacional de governança e guarda também, traços da configuração de RSC como forma de governo, visto que dadas as distancias geográficas do Rio Trombetas e sua consequente dificuldade logística que se somam a fatores de quase total ausência da ação governamental, substituída por ações da mineradora.

Todavia, a capacidade de agência do Ministério Público foi crucial para o surgimento da configuração de RSC como pretendida pelo Governo, visto que no âmbito dos licenciamentos ambientais da mineradora, há dentre outras exigências governamentais, a contratação e implantação do plano de manejo das duas unidades de conservação locais, totalizando mais de R$ 1 milhão anual e o fornecimento de programas de saúde.

Os conflitos na região provocados por ausência de consultas livres, prévias e informadas (CLPI) para o licenciamento do Platô Cruz Alta (ANDRADE, 2018), associados a pressões 'isomórficas' vivenciadas pelas indústrias extrativas (inclusive a vizinha Alcoa em Juruti) também podem ser ressaltadas como fundamentais para o surgimento de outra configuração de RSC-governo na forma de PARCERIA, através do programa Territórios Sustentáveis (PTS), que envolve a participação do setor publico (prefeituras locais), da MRN e da sociedade civil e ONG´s (IMAZON, ECAM e Agenda Publica) (PROGRAMA TERRITORIOS SUSTENTAVEIS, 2018).

Conclusões

A relação RSC- governo da MRN abarca na atualidade, variadas configurações que caminham para a hibridização da governança em Oriximiná (conforme resumido na tabela abaixo), onde enfatizamos a recente forma de RSC como parceria, inaugurada pelo PTS e com possiblidades promissoras de inovar o marco legal acerca de investimento social privado por iniciativa da empresa.

---

[2] Como Biodiversidade, Mudanças climáticas, Direitos Humanos ,florestas, populações tradicionais, economia de baixo carbono

[3] Como CDB, Acordo de Paris, Pacto Global etc.

Referencias

ANDRADE, L. M. M. DE. *Antes a água era cristalina, pura e sadia: percepções quilombolas e ribeirinhas dos impactos e riscos da mineração em Oriximiná, Pará*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2018.

BOLTANSKI, LUC ; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DUARTE, F. J. M. *A PRODUÇÃO DO CAMPO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: ATORES, IDEIAS E INSTRUMENTOS*. 2013. 3–6 f. Universidade Federal Fluminense, 2013.

GAVI, B. Subterranean Struggles: New Dynamics of Mining, Oil, and Gas in Latin America by Anthony Bebbington and Jeffrey Bury (eds.). *The AAG Review of Books*, v. 13, n. 2, p. 223–224, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2325548X.2017.1292581>.

GOND, J.; KANG, N.; MOON, J. The government of self-regulation : on the comparative dynamics of corporate social responsibility The government of self-regulation : on the comparative dynamics of corporate social responsibility. *Economy and Society*, v. 40, n. number 4, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03085147.2011.607364>.

MRN, M. R. DO N. *Relatório Anual de Sustentabilidade - GRI*. . [S.l: s.n.], 2015.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nosso época*. 2a edição ed. RJ: [s.n.], 2000.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. CREATING SHARED VALUE. *Harvard Business Review*, v. 89, n. 1/2, p. 62–77, 2011. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=url,ip,cookie,uid&db=bch&AN=56698455&site=ehost-live>.

PROGRAMA TERRITORIOS SUSTENTAVEIS. *Anuário 2017 - Territórios Sustentáveis- Gestão Integrada na Amazônia*. . Santarém: [s.n.]. Disponível em: <www.territoriossustentaveis.org.br>. , 2018

REICH, R. B. *Supercapitalism: the Transformation of Business, Democracy, and Everyday Life*. New York, USA: A. BORZOI BOOK, 2007.